



**LEI N° 3.449/2019**

*“Dispõe sobre a política “antibullying” nas unidades educacionais sediadas no Município de Araucária, conforme específica”.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** As unidades educacionais públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, no Município de Araucária, ficam condicionadas à política “antibullying”, nos termos desta Lei.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, considera-se “bullying” qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando danos emocionais e/ou físicos à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

**§ 1º.** Constituem práticas de “bullying”, sempre que repetidas:

- I. ameaças e agressões verbais e/ou físicas como bater, socar, chutar, agarrar, empurrar;
- II. submissão do outro, pela força, à condição humilhante e/ou constrangedora;
- III. furto, roubo, vandalismo e destruição proposital de bens alheios;
- IV. extorsão e obtenção forçada de favores sexuais;
- V. insultos ou atribuição de apelidos constrangedores e/ou humilhantes;
- VI. comentários racistas, homofóbicos ou intolerantes quanto às diferenças econômico-sociais, físicas, culturais, políticas, morais, religiosas, entre outras;
- VII. exclusão ou isolamento proposital do outro, pela intriga e disseminação de boatos onde informações que deponham quanto à honra e à boa imagem das pessoas; e



**VIII.** envio de mensagens, fotos ou vídeos por meio de computador, celular ou assemelhado, bem como sua postagem em redes sociais, “blogs” ou “sites”, cujo conteúdo resulte em exposição física e/ou psicológica a outrem.

**§ 2º.** O descritivo no art. 2º, VIII, do § 1º, também é conhecido como “cyberbullying”.

**Art. 3º.** No âmbito de cada unidade educacional a que se refere esta Lei, a política “antibullying” tem como objetivo:

**I.** reduzir a prática de violência dentro e fora das instituições de que trata esta Lei e melhorar o desempenho escolar;

**II.** promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito aos demais;

**III.** disseminar conhecimento sobre o fenômeno “bullying” nos meios de comunicação e nas instituições de que trata esta Lei, entre os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes nela matriculados;

**IV.** identificar concretamente, em cada instituição de que trata esta Lei, a incidência e a natureza das práticas de “bullying”;

**V.** desenvolver planos locais para a prevenção e o combate às práticas de “bullying” nas instituições de que trata esta Lei;

**VI.** capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para o diagnóstico do “bullying” e para o desenvolvimento de abordagens específicas de caráter preventivo;

**VII.** orientar as vítimas de “bullying” e seus familiares, oferecendo-lhes os necessários apoios técnico e psicológico, de modo a garantir a recuperação da autoestima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar;

**VIII.** orientar os agressores e seus familiares, a partir de levantamentos específicos, caso a caso, sobre os valores, as condições e as experiências prévias - dentro e fora das instituições de que trata esta Lei - correlacionadas à prática do “bullying”, de modo a conscientizá-los a respeito das consequências de seus atos e a garantir o compromisso dos agressores com um convívio respeitoso e solidário com seus pares;



**IX.** evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os “círculos restaurativos”, a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento;

**X.** envolver as famílias no processo de percepção, acompanhamento e formulação de soluções concretas; e

**XI.** incluir no regimento a política “antibullying” adequada ao âmbito de cada instituição.

**Art. 4º.** As ocorrências de “bullying” devem ser registradas pela escola, em livro ata próprio para esse fim, com data, hora, tipo de agressividade, indicação do nome do agressor e agredido e as providências tomadas.

**Art. 5º.** Para fins de incentivo à política “antibullying”, o Município pode contar com o apoio da sociedade civil e especialistas, realizando:

- I.** seminários, palestras, debates;
- II.** orientação aos pais, alunos e professores utilizando-se de cartilhas e material informativo em geral;
- III.** usar evidências científicas disponíveis na literatura especializada e nas experiências exitosas desenvolvidas em outros locais, nacional ou internacionalmente.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 12 de fevereiro de 2019.

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
**Prefeito de Araucária**